

## **RESGATE CULTURAL E HISTÓRICO DO QUILOMBO E DOS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA COMUNIDADE BAIXIO (VÃO GRANDE) EM BARRA DO BUGRES- MT**

Vivian Lara Cáceres **DAN**

Doutora em Sociologia e Direito pela UFF. Profa. do Curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

Email: vivianlcaceresdan@gmail.com

Tânia Paula da **SILVA**

Doutora em Geografia pela UFF. Profa. do Curso de Graduação e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNEMAT.

Email: tanggela@bol.com.br

**RESUMO:** Ao longo deste artigo será apresentado o resultado de pesquisa de campo realizada entre os anos de 2016 e 2017 no quilombo Baixios, localizado no município de Barra do Bugres-MT. A análise traz parte da história dos remanescentes de quilombos do Vão Grande, sua situação atual e como a Resolução n°. 08, de 20 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação sobre a educação escolar quilombola vem sendo aplicada. Este trabalho é de cunho qualitativo e foi realizado na forma de pesquisa de campo com observação direta e acompanhamento de reuniões, elaboração de questionários que foram aplicados na forma entrevistas com moradores e professores da Escola e também com os alunos da comunidade. O problema de pesquisa aqui enfatizado encaminha-se para compreender como esses instrumentos jurídicos da educação escolar quilombola está sendo efetivado. O fato de escolher uma comunidade quilombola mato-grossense como objeto de pesquisa, vem do forte conceito cultural que elas representam e justamente do desconhecimento que em geral os mato-grossenses têm sobre a existência dessas comunidades no seu próprio estado.

**Palavras-chave:** Quilombola; Educação; Diversidade.

## **CULTURAL AND HISTORICAL RESCUE OF THE QUILOMBO AND THE CHALLENGES OF QUILOMBO SCHOOL EDUCATION IN THE COMMUNITY OF BAIXIO (VÃO GRANDE) IN BARRA DO BUGRES-MT**

**ABSTRACT:** Throughout this article, there will be the presentation of the result of the field research conducted between the years of 2016 and 2017 in Quilombo Baixios, located in the municipality of Barra do Bugres-MT. The analysis brings part of the history of the remaining quilombo in Vão Grande, its current situation and how Resolution n° 8, of November 20<sup>th</sup>, 2012, from the National Education Council about quilombo school education is being applied.

This work is qualitative and was conducted as field research with direct observation and meeting following, questionnaire elaboration, which were applied as interviews with inhabitants and teachers from the school and also with students from the community. The research problem hereby emphasized directs to understanding how these juridical instruments of quilombo school education are being made permanent. The fact of choosing a quilombo community from Mato Grosso as research object comes from the strong cultural concept that they represent and from the lack of knowledge that, in general, the inhabitants of this state have about the existence of these communities in their own state.

**Key-words:** Quilombo; Education; Diversity

## **RESCATE CULTURAL E HISTÓRICO DEL QUILOMBO Y DE LOS DESAFÍOS DE LA EDUCACIÓN ESCOLAR QUILOMBOLAS EN LA COMUNIDAD BAIXIO (VÃO GRANDE) EN BARRA DO BUGRES-MT**

**RESUMEN:** Al longo de este artigo, será presentado el resultado de la pesquisa de campo realizada entre los años de 2016 y 2017 nel quilombo Baixios, ubicado nel municipio de Barra do Bugres-MT. El análisis trae parte de la historia de los remanecientes de quilombos del Vão Grande, su situación actual y como la Resolución nº 8, de 20 de noviembre de 2012, del Consejo Nacional de Educación sobre la educación escolar quilombola viene siendo aplicada. Este trabajo es de impresión cualitativa y fue realizado en la forma de pesquisa de campo con observación directa y acompañamiento de reuniones, elaboración de cuestionarios que fueron aplicados en la forma de entrevistas con moradores y profesores de la Escuela y también con los alumnos de la comunidad. El problema de pesquisa enfatizado acá encamina-se para comprender como estos instrumentos jurídicos de la educación escolar quilombola están siendo efectivados. El facto de elegir una comunidad quilombola del Mato Grosso como objeto de pesquisa viene del fuerte concepto cultural que ellas representan y justamente del desconocimiento que, en general, los mato-grossenses tienen sobre la existencia de esas comunidades en su propio estado.

**Palabras-clave:** Quilombola; Educación; Diversidad.

## **INTRODUÇÃO**

Ao longo deste artigo será apresentado o resultado de pesquisa de campo realizada entre os anos de 2016 e 2017 no quilombo Baixios, localizado no município de Barra do Bugres-MT. A análise, realizada por pesquisadores e acadêmicos da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), traz parte da história dos quilombos do Vão Grande, sua situação atual e como a Resolução nº. 08, de 20 de novembro de 2012, do Conselho Nacional de Educação, sobre a educação escolar quilombola vem sendo aplicada na Escola Estadual José Mariano Bento.

O fato de escolher uma comunidade quilombola mato-grossense como objeto de pesquisa, vem do forte conceito histórico-cultural que elas representam e justamente do desconhecimento que, em geral, a sociedade mato-grossense têm sobre a existência dessas comunidades no Estado.

Muito se discute a importância do contexto histórico e de conquistas de direitos das comunidades quilombolas. A partir de 2002, os quilombolas foram colocados em evidência, a fim de que suas origens fossem resgatadas já que os mesmos tem enorme participação na construção do Brasil. Assim, a percepção da necessidade de um desenvolvimento etno-sustentável e de uma especificidade no direcionamento da educação quilombola são importantes passos para a inclusão; e ao divulgarmos essas comunidades, sua identidade, formas de acesso aos direitos, os conflitos vivenciados cotidianamente, bem como a trajetória dessas comunidades, possibilitamos também à sociedade do entorno um maior respeito à diversidade étnica existente.

Assim, em busca de um caminho possível para compreender a história e a cultura quilombola, com suas particularidades e singularidades inerentes ao contexto mato-grossense, este estudo, de cunho qualitativo, parte, portanto, de pesquisa de campo *in loco* com observação direta no âmbito da vida familiar e acompanhamento de reuniões, festas, assembleias, bem como de análises das entrevistas (relato oral) semiestruturadas realizadas com moradores, professores e alunos da escola do quilombo Baixios, em Barra do Bugres-MT.

## **UM RESGATE HISTÓRICO DA CULTURA DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOLAS NA COMUNIDADE BAIXIO**

O Estado de Mato Grosso tem 66 (sessenta e seis) terras quilombolas cadastradas segundo a Fundação Palmares. Os indígenas e os quilombolas são o futuro da diversidade cultural e é importante envolvê-los e conscientizá-los sobre os direitos específicos enquanto sujeitos plenos para assumirem o protagonismo na defesa dos seus direitos à identidade e ao patrimônio cultural.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) existem no município de Barra do Bugres-MT quatro comunidades certificadas, são elas: Vermelhinho, Vaca Morta, Morro Redondo, Vãozinho e Baixio.

A comunidade remanescente de quilombo Baixio encontra-se na região denominada Vão Grande e desde o século XIX alguns moradores se instalaram na região, mas foi certificada pela Fundação Palmares somente em 2005. Antes de receberem a titulação não eram raras as ameaças produzidas por fazendeiros. A titulação demorou, pois as pessoas que moravam lá, por muito tempo, não tinham conhecimento de como fazer ou o que fazer para receberem o título das terras. Foi emitido também um título atribuindo o centro da comunidade como patrimônio cultural, na área denominada como patrimônio encontram-se

construções de uso comum, como a escola, o galpão comunitário e as residências mais antigas da comunidade.

Foi nos anos 1990 que a comunidade requereu formalmente as terras por eles ocupadas. Reuniram-se em associação e buscaram seus direitos perante o Estado e, após a titulação, a grande ameaça dos dias atuais é o potencial energético de seus rios e cachoeira para implantação de pequenas hidrelétricas. Conforme inquérito do Ministério Público Federal, nº. 1.20.000.000765/2008-67, já estão sendo feitos estudos desse potencial pela Agência Nacional de Energia Elétrica no rio Jauquara.

Em entrevista, Rafael Arcanjo Bento, nascido em São José do Baixios e morador da comunidade, explica porque essa comunidade se chama Baixio, esclareceu que há um quilômetro da comunidade passa um rio denominado Jauquara, ao percorrê-lo notavam uma parte onde é mais raso e cheio de “saram”, também denominado baixio (banco de areia ou rochedo que fica submerso nos rios e dificulta a navegação), e por conta da quantidade de rochas nas margens e por se localizar perto da comunidade, assim denominou-se a comunidade como Baixio (BENTO, 2017). O Território do Vão Grande possui este nome, porque está situado entre as Serras das Araras que são formadas por serras paralelas, formando assim um vão, conforme figura 1.

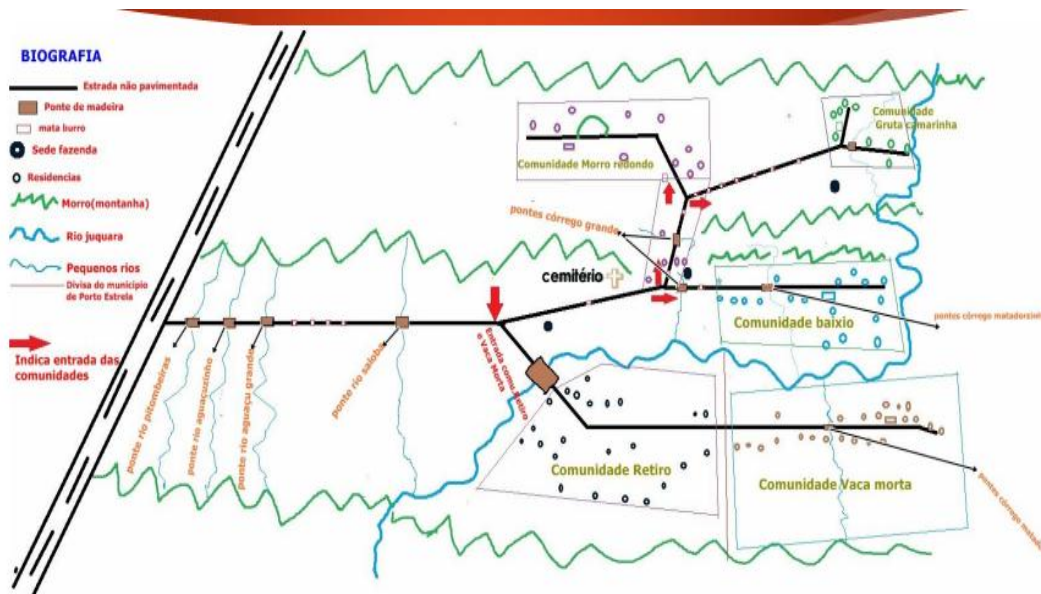
Figura 1. Localização das comunidades quilombolas do Vão Grande



Fonte: <http://www.ferias.tur.br/fotogr/107273/vaogrande-bbuporricardo/barradobugres/>

O mapa desenhado por Rafael Bento (2017), morador da comunidade, mostra a localização das cinco comunidades quilombolas (Figura 2). Estas estão cercadas por serras do complexo da Serra das Araras, o rio Jauquara passa por todas as comunidades e é importante para o abastecimento de água, pesca.

Figura 2. Localização das Comunidades Quilombolas de Vão Grande



Fonte: BENTO, 2017.

Rafael Bento explicou ainda sobre o povoamento na região, segundo ele, uma das muitas expedições de exploradores no interior do país chegaram à região de Barra do Bugres como todos os outros em busca de ouro, poaia, madeira, coisas de valores. Porém pai e filho se desentenderam fazendo com que a expedição se dividisse em duas. Existiam muitos negros e indígenas escravizados para realizar os serviços pesados. Quando Silva Velho (desbravador) se separou de seu pai levou consigo alguns escravos e índios para continuar a exploração. Passados alguns meses os índios e negros, cansados dos maus tratos, se rebelaram contra Silva Velho e conseguiram fugir para uma região de difícil acesso por terra e com água farta, esta região é conhecida como Vão Grande. Ressalta ainda que, informações e dados sobre a comunidade e a região são difíceis de serem encontrados, pois os fundadores não tinham acesso ao registro escrito, portanto, a memória dos mais velhos é a fonte primordial para o registro da história da comunidade (BENTO, 2017).

Uma das características da comunidade Baixios é a relação de parentesco que lá existe, sendo 90% das famílias formadas por filhos, netos e bisnetos de José Mariano Bento e Maria Eulália, que foram um dos moradores mais antigos da comunidade. José faleceu aos 84 anos e sua companheira aos 95 anos de idade.

Segundo a professora da comunidade, Maria Helena Tavares, o mito sobre Silva Velho é a história mais contada em todo território do Vão Grande, sobre o surgimento da comunidade São José do Baixios, desde os mais velhos até as crianças relatam essa história como surgimento da comunidade. As narrativas sobre o mito de Silva Velho ressaltam que ele era um rapaz que tinha sina de virar lobisomem, por isso seu pai lhe bateu e o amarrou em um cavalo para arrastá-lo e matá-lo. O rapaz conseguiu se soltar e voltou para matar seu pai devido à crueldade que tinha lhe submetido, porém a espingarda falhou na hora do tiro e ele adentrou correndo para as matas e foi a última vez que seu pai lhe viu (TAVARES, 2016).

As histórias da comunidade são parte das tradições orais passadas de pai para filho, mitos e lendas que se misturam com a realidade e contribuem para perpetuar os cantos e encantos, os saberes e fazeres, a herança cultural da comunidade. Assim é correto afirmar que os moradores carregam conhecimentos e histórias e os mais velhos são os responsáveis por transmitir e conservar as histórias da comunidade e de seus antepassados. Nas narrativas dos moradores, nas conversas informais, percebe-se a importância do resgate da história e da memória das famílias relacionadas aos acontecimentos vividos pessoalmente e pela coletividade no processo de territorialização e de formação de sua identidade quilombola.

Em se tratando das moradias, as primeiras casas foram construídas com barro, paus e palha. Hoje em dia algumas casas são construídas com madeiras e outras com tijolos, alvenaria, com dois quartos, sala, cozinha e banheiro. As casas antigas são conservadas pelos moradores, pois elas remetem o começo da vida na comunidade fazendo parte da sua história. No espaço da casa-quintal observa-se o cuidado das famílias a limpeza da área e dos pequenos jardins. Percebemos, também, tanto na fala quanto no modo de viver, a forte ligação dos moradores com a terra/território e sua cultura.

A maioria das famílias da comunidade Baixio adota a religião Católica, embora a prática católica guarde aspectos diferenciados em relação as religiões de matriz africana, sendo o número de não católicos restritos a duas ou três pessoas. Todos os anos na região do Vão Grande comemora-se a realização de três festas tradicionais católicas que também estão atreladas a cultura tradicional dos moradores daquela região, sendo elas: festa de São José, festa de São Benedito e a festa de Nossa Senhora da Guia.

Na Comunidade São José do Baixio são realizadas festas de santos anualmente. Os santos homenageados são São José, que segundo os moradores atuais este santo foi escolhido desde os fundadores da comunidade como santo protetor e São Benedito, que é o santo afrodescendente. Nas residências onde os moradores são católicos são feitos altares para colocar imagens dos santos.

Quando estivemos no quilombo, em 2016, era o dia da festa de São José, que começa no sábado à noite e acaba no domingo. Na festa, as famílias rezam a ladainha, dançam o siriri, tocam e cantam o cururu, e para isso usam a viola de coxo e o ganzá (instrumentos feitos pelos próprios moradores e utilizados para tocar músicas). Servem ainda, comida típica e bebida a vontade, produzindo seu próprio licor de jenipapo para servirem. Quem organiza a festa são as próprias comunidades da região, sendo essa uma tradição que se repete há anos, e passa-se de pai para filho. A cada ano a festa é realizada em uma das comunidades que pertencem ao Vão Grande. Pessoas de Barra do Bugres-MT e até mesmo de Tangará da Serra-MT vêm participar da festividade que é aberta ao público. Nas festividades da comunidade quilombola São José do Baixios as danças mais comuns são: siriri e cururu típicas da cultura cuiabana (Figura 3).

Figura 3. Danças cultura Cuiabana presentes no quilombo Baixio em Mato Grosso



Fonte: BENTO, 2017.

A comunidade Baixio é dividida em lotes, ou seja, cada família tem o seu espaço para viver e cultivar alimentos para seu autoconsumo. Constata-se que as relações de solidariedade e reciprocidade estão muito presentes entre as famílias, principalmente, no tocante a troca de alimentos diversos, isso significa dizer que, se uma família planta banana e a outra planta batata, elas trocam certa quantidade de alimentos, garantindo assim a subsistência de todas as famílias na comunidade, já que a produção de alimentos é direcionada apenas para consumo próprio, pois não há alimentos suficientes para gerar lucro por meio da venda.

Ainda, no tocante a produção de alimentos, existe o problema relacionado ao clima que não coopera muito com a produção em certas épocas do ano, por conta de estiagem, inundação, tempo ruim, etc., e isso acaba obrigando os moradores a irem à cidade uma vez ao mês para fazerem compras de alimentos que não produzem, garantindo assim que não falem alimentos na comunidade. Ressalta-se que o sustento das famílias advém das lavouras, eles plantam: mandioca, milho, banana, batata, arroz, feijão, maxixe, entre outros.

As relações de solidariedade e reciprocidade (ajudas mútuas) são constantes entre as famílias, principalmente na organização interna e social da comunidade, o que contribui para o fortalecimento da identidade do grupo. Assim, quando uma família precisa de auxílio com o terreno ou com a construção de sua casa, todos se unem para ajudar, garantindo a boa convivência entre os moradores, o fortalecimento e resistência da comunidade.

Em relação ao trabalho, os homens trabalham na roça e uma vez ou outra fazem “bicos” (diárias) em fazendas próximas para que possam ter uma renda extra no final do mês. As mulheres cuidam da casa e dos filhos e ainda fazem a merenda da Escola Estadual José Mariano Bento, que fica dentro da comunidade, e quando há festas nas fazendas vizinhas são chamadas para trabalharem na cozinha. Os mais idosos são aposentados e recebem certa quantia todo mês, algumas famílias ainda recebem bolsa família, o que contribui significativamente na vida econômica das famílias, garantindo a manutenção e permanência no território.

A comunidade Quilombola São José do Baixio em Barra do Bugres-MT tem como principal fonte de renda a agricultura, com plantação de alimentos como banana, mandioca, milho, entre outros, e a criação de pequenos animais, como galinhas, porcos, etc. Esses produtos são para autoconsumo das famílias, apenas o excedente é vendido na cidade ou para a escola local. Com o dinheiro arrecadado é comprado mantimentos e alimentos que não são produzidos na comunidade, suprimindo as necessidades das famílias. Alguns moradores também fazem doces ou farinha para serem vendidos na cidade. Como é o caso de dona Alzemira da Silva Bento, que juntamente com sua família, faz rapadura de banana e vende para os vizinhos ou visitantes (Figura 4).

Figura 4. Morador fazendo produto artesanal da banana



Fonte: BENTO, 2017.

O turismo também é uma fonte de renda que começa ser explorada pela comunidade. Já existem jovens que são condutores e que auxiliam os visitantes nos pontos turísticos



próximos à comunidade, onde existem cachoeiras, cavernas, grutas, além das casas construídas de materiais locais.

De acordo com Bento (2017), para a efetivação da “caminhada na natureza”, organizada anualmente, seu planejamento e execução, paralelo às questões técnicas e operacionais de estruturação dos circuitos, realiza-se um trabalho de capacitação, sensibilização e mobilização intensa no que se refere à valorização da cultura tradicional quilombola, indígena e mato-grossense. Há uma capacitação que envolve os gestores de cada circuito e o pequeno produtor rural, inserindo-os no processo, seja direta ou indiretamente. Deste modo, durante a atividade, a Comunidade aborda sobre a preservação dos recursos naturais e culturais, realiza exposição e venda de produtos rurais, de artesanato e, também, vende almoço para os participantes do evento.

Figura 5. Cachoeiras do Quilombo – áreas de turismo



Fonte: BENTO, 2017.

Rafael Bento, atual presidente da Associação da Comunidade, afirma ainda que os principais objetivos são de fortalecer cada vez mais o turismo rural, divulgar as belezas naturais e culturais, bem como fazer com que os visitantes se interajam com a comunidade quilombola. Além do próprio desenvolvimento do ecoturismo com base comunitária. Com isso os recursos obtidos com os eventos turísticos são convertidos em compra de equipamentos tanto para as associações constituídas nas comunidades, quanto para as escolas estaduais parceiras (BENTO, 2017).

Odilon Silva da Costa, morador da comunidade, nos contou um pouco sobre sua história e como é a vida na comunidade, ele nasceu em 1968, teve sete irmãos e doze filhos (quatro falecidos) e está casado com Acelina Silva Costa há 31 anos. Nasceu e foi criado dentro da comunidade e não pensa em sair de lá tão cedo. Segundo ele, as mulheres da comunidade desenvolvem várias atividades, entre elas confeccionam artesanatos como redes

cuiabanas, instrumentos musicais como viola de coxo e ganzá, e ainda trabalham com as fibras de coqueiro produzindo apás, objeto utilizado para abanar arroz (COSTA, 2016).

O senhor Odilon, na entrevista concedida in loco, se identifica como remanescente de quilombo, tentou nos explicar o conceito afirmando que é uma tradição herdada dos mais velhos, que remetem aos valores do passado e que devem ser preservados.

O senhor Manoel, tio de Odilon, mora na comunidade há 65 anos. Para ele, a relação com a terra está ligada a cultura e a subsistência. Ele contou que a comunidade não tem muitos recursos para entreter os jovens, e que seu medo é ser abandonado pelos filhos, pois por conta da falta de emprego na comunidade e região, todos os seis filhos dele moram na cidade, foram em busca de trabalho remunerado, acesso aos serviços públicos como saúde e educação, e de melhoria social. Disse-nos que gosta de ver a família toda reunida, e que os filhos vão visitá-lo, entretanto, mesmo assim sente falta de tê-los por perto, mas reconhece que vai ser assim até que as coisas melhorem por lá (MANOEL BENTO, 2016).

Inácio Bispo Bento, irmão de Manoel e tio de Odilon, diz que a terra é muito importante para ele, pois nasceu e foi criado lá, e não tem intenção de se mudar, pois seus antepassados estão enterrados naquela região. Disse ainda, que tem medo de andar na cidade, pois há muita criminalidade e a vida na comunidade é tranquila, todos se conhecem e se respeitam (BISPO BENTO, 2016).

Os elementos até aqui pontuados nos auxiliam na compreensão da importância do território para a comunidade. Pode-se inferir que os moradores do quilombo Baixio não pensam em deixar a terra em que vivem, sua cultura e seus costumes pertencem àquele lugar, e ainda seus antepassados estão enterrados naquela terra. Um dos desejos que possuem é que seus filhos possam viver e partilhar dessa herança cultural (tradição), levando adiante para as próximas gerações a memória coletiva da comunidade.

Para tanto, fazem-se necessárias ações pragmáticas que culminem numa produção historiográfica e antropológica de caráter regional e local a partir dos documentos escritos, fontes orais e imagéticas. É muito importante enfatizar a história desses grupos como parte do patrimônio histórico e cultural do Mato Grosso, pois tiveram papel relevante na história da formação do próprio Estado e são parte da nossa história.

## **INSTRUMENTOS JURÍDICOS IMPORTANTES PARA A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS**

A legislação internacional permitiu constatar o quanto são heterogêneos os povos e comunidades tradicionais e, portanto, reconheceu formalmente essa diversidade. Um dos

instrumentos jurídicos foi a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) que dispõe sobre essa proteção das diversidades no seu artigo 5º ao afirmar que “as partes se comprometem a adotar medidas para a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais”.

A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) também expressa em seu artigo 4º sobre a ligação da proteção da diversidade cultural e o princípio da dignidade humana, ressaltando que “a defesa da diversidade cultural é um imperativo ético, inseparável da dignidade humana”. Ou seja, não é somente as condições materiais que garantem o desenvolvimento do indivíduo em seus aspectos individuais e coletivamente, mas tudo o que potencialize o desenvolvimento pleno condiz com o preenchimento do conteúdo dessa dignidade humana.

A Constituição Federal de 1988 vem no sentido de proteger o exercício desses direitos culturais, bem como as diversas formas de viver em nosso país. Os artigos 215 e 216 da Constituição Federal respaldam essas comunidades na perspectiva de proteção dos direitos de preservarem a sua cultura e forma de organização social bem como a busca pelo reconhecimento de direitos de alteridade, diferença, território, e atendimentos a saúde e educação. Nesse enfoque, tanto a Constituição Federal quanto a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural entendem cultura como expressão dos valores, modo de viver, crenças e representações de um determinado grupo, inserindo-se aí os traços que distinguem os grupos sejam materialmente, espiritualmente, artisticamente ou afetivamente (PREÂMBULO DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE A DIVERSIDADE CULTURAL, 2001).

A Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), promulgada pelo Decreto nº. 5.051/2004, vem reconhecendo os povos indígenas e outros grupos cujas condições sociais, culturais e econômicas lhes diferenciem dos demais e atribuindo direitos específicos.

A Constituição Federal, em seus artigos 231, 232 e 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) reconheceram os indígenas e quilombolas como sendo titulares de direitos específicos. O artigo 68 da ADCT disciplina sobre a proteção “dos modos de fazer, criar e viver das comunidades quilombolas no país”. E o Decreto de 27 de dezembro de 2004 criou a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais trazendo os seringueiros, pescadores, quilombolas, indígenas entre outros como comunidades tradicionais baseados no tripé: cultura, identidade, territorialidade (BRASIL, 2004).

Nesse contexto, o território é visto aqui como o lugar que se produz a cultura e os saberes locais. As comunidades étnicas, segundo Pinto (2012), são grupos sociais diferenciados dos demais tipos e os mesmos constroem a vida coletiva ligada à construção de uma territorialidade que ganha sentido próprio. Essa comunidade desenvolve mecanismos de “controle dos processos de socialização dos membros do seu grupo e também demarca um território que passa a ter valor prático (para sobrevivência do grupo) e simbólico, aspectos culturais próprios desse grupo” (PINTO, 2012, p. 57).

Outros dispositivos legais como a Lei 12.288/2010 denominada de Estatuto da igualdade racial também enfatizam a importância de garantir o direito à cidadania, direito à diferença e alteridade dessas minorias étnicas, comunidades tradicionais e povos indígenas. O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, após a aprovação da Lei 10.639/03, fez-se necessário para garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira. Portanto, os professores exercem importante papel no processo da luta contra o preconceito e a discriminação racial no Brasil.

Por fim, a Resolução n. 08 de 20 de novembro de 2012 vem definindo as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Escolar Quilombola na educação básica onde organiza o ensino que perpassa pelos aspectos culturais e, conforme parágrafo primeiro do artigo 1º da Resolução fundamentando-se:

a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho, f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições, e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país (BRASIL, 2012).

No inciso V, do artigo 1º dessa Resolução enfatiza-se que essa educação:

[...] deve garantir aos estudantes, o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade (BRASIL, 2012).

O artigo 3º vem definindo o que são quilombos:

I - os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica (BRASIL, 2012).

Duprat (2014) esclarece que temos dois instrumentos legais importantes para a emancipação desses grupos, para a garantia dos direitos culturais quilombolas, são eles: a

Constituição Federal de 1988 e a Convenção Internacional nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). O que falta, segundo a autora, é dar maior efetividade a esses instrumentos normativos.

Como esses instrumentos jurídicos estão sendo aplicados? Quais as discussões que atingiram ou que as comunidades quilombolas participaram para verem a aplicação dessa Resolução? Quais os problemas ou dificuldades apontadas pelos profissionais que estão à frente dessa educação? A pesquisa de campo tenta responder a esses questionamentos em relação às comunidades remanescentes de quilombolas do Vão Grande, município de Barra do Bugres-MT.

Nesse sentido, iniciamos um trabalho de resgate da história do quilombo Baixios, no Vão Grande, que abordamos no item anterior, e posteriormente, sobre a educação escolar quilombola na Escola Estadual José Mariano Bento para enfatizar a importância desse registro, da defesa de sua identidade, memória e de terem seu direito à diversidade preservado.

## **A PERCEÇÃO DOS MORADORES SOBRE O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA REGIÃO DO VÃO GRANDE**

Em 2004 foi lançado pelo Governo Federal o “Programa Brasil Quilombola” com o objetivo de consolidar marco de políticas públicas para as comunidades quilombolas. Nesse primeiro momento, instituiu-se a Resolução nº 01/2004, que definia as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Contudo, apesar das muitas lutas tecidas pelos movimentos sociais, negro e quilombola, em prol da implantação de legislações educacionais específicas que atendessem às suas necessidades, apenas em 20 de novembro de 2012 foi promulgada a Resolução nº. 08/2012, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, consolidando a Educação Escolar Quilombola como uma modalidade de ensino.

Neste momento, define-se então os princípios que regem a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, instituindo-se a necessidade de uma pedagogia própria, o respeito à especificidade étnico-racial e cultural de cada comunidade, a formação específica de quadro docente, materiais didáticos e paradidáticos específicos, entre outras questões que valorizem a história, a cultura e a identidade quilombola.

A perspectiva da educação quilombola passa a ser um elemento importante, pois não ofertavam matérias voltadas para sua cultura, o que provocava a perda de alguns elementos culturais no decorrer dos anos, assim como o ensino sem as especificidades, que trouxe a marca da homogeneização cultural e perdiam identificações de seus costumes e de suas histórias de luta pelo acesso à terra/território, entre outros direitos.

Diante desse problema, o governo do Estado de Mato Grosso trouxe para audiência pública a discussão sobre a criação de uma norma estadual que prevê o conteúdo da normatização da educação escolar quilombola para o Estado, que foi realizada em 2015 na comunidade Baixios, situada em Barra do Bugres-MT, com autoridades capazes de inserir na lei que seria criada a nível estadual, as impressões da comunidade sobre essa educação diferenciada (Figura 6).

Figura 6. Mesa para discussão da Educação Escolar quilombola no quilombo Baixios, 2015.



Fonte: DAN, 2015.

A audiência ocorreu no dia 26 de agosto de 2015 com o objetivo de construir uma matriz curricular que levasse em conta as especificidades das comunidades, contando com a participação dos moradores de Baixio e de outras comunidades quilombolas do Vão Grande, incluindo os alunos e professores da escola, autoridades municipais, órgãos e conselhos responsáveis pela educação básica. A atividade foi realizada por meio de uma roda de debates conduzida por questionamentos do Conselho Estadual de Educação Quilombola, com a participação da comunidade e dos pesquisadores que lá estavam. O objetivo era o de retirar as impressões dessas comunidades sobre a matriz curricular básica que posteriormente foi implementada nos estabelecimentos de educação pública de todo o estado de Mato Grosso. Na ação coletiva, participamos e sugerimos a inserção de alguns pontos na lei em construção, bem como a observância das que já existem para atender as demandas locais.

O que foi debatido, devido às demandas e problemas que as comunidades elencaram e trouxeram para a audiência, é que não ocorre no Estado iniciativa que reflita políticas setoriais, planos e programas governamentais para o patrimônio histórico e cultural, conforme

previsto na Resolução do Conama 001/1986. Muitas outras questões ligadas ao acesso aos serviços básicos de qualidade como educação e saúde, incentivos de programas para a agricultura familiar, entre outras demandas, apareceram nas falas e entendemos o quanto é urgente aproximar aquilo que é direito daquilo que é possível efetivar.

Segundo as Diretrizes Curriculares das Diversidades Educacionais, o processo de aprendizagem é caracterizado pela integração e continuidade de conteúdos e práticas de conhecimentos prevista para cada disciplina, devendo ser concluída no ensino médio. As áreas das disciplinas específicas e da educação básica são divididas em Ciências e Saberes Quilombolas; Linguagens, Códigos e suas tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias; Ciências Humanas e suas tecnologias. Além de receberem a formação que é oferecida aos alunos de escolas regulares, os estudantes quilombolas recebem formação específica do quilombo, cujo enfoque é dado às práticas em tecnologia social, práticas em cultura e artesanato quilombola e, por fim, práticas em técnicas agrícolas.

Assim, constata-se que a luta travada pelos movimentos sociais, negro e quilombola, em prol da implantação de legislações educacionais específicas, resultou na conquista do direito de uma educação adequada aos seus contextos e às suas necessidades sociais e formativas e, com a qualidade que todo cidadão merece. Entretanto, na atualidade, ainda se vivencia, nos territórios quilombolas em Mato Grosso, muitos desafios e inseguranças referente a efetivação deste direito, pois as condições de infraestrutura para funcionamento dos estabelecimentos escolares são precárias, os materiais didáticos, em sua grande maioria, não são específicos e apropriados, e a formação docente dos professores na área rural, onde estão localizadas as escolas quilombolas, é insuficiente para atender as demandas das comunidades.

## **A ESCOLA ESTADUAL JOSÉ MARIANO BENTO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA**

No contexto da Educação Quilombola existem agravantes, pois as comunidades de remanescentes de quilombolas encontraram-se em zonas rurais e os desafios nesses territórios são inúmeros, abrangendo transporte, espaço físico, qualificação dos educadores e um currículo que atenda às especificidades culturais que são necessárias para a construção e permanência da identidade africana no Brasil.

A fim de se vivenciar as pesquisas acerca da Educação Escolar Quilombola, um estudo de caso foi realizado na Escola Estadual José Mariano Bento, que está localizada em um território de remanescentes de quilombolas há aproximadamente 75 quilômetros do Município

de Barra do Bugres-MT, no complexo Vão Grande (composto por cinco comunidades, dentre elas a Comunidade Baixio, onde está a referida escola). Partes dos dados sobre a escola foram cedidos pela Gestão Escolar e constam no Plano Político Pedagógico da escola.

Até o ano de 2009 essa instituição de ensino funcionava como extensão da Escola Municipal Guiomar Campos de Miranda, com o nome de São José Baixio. No dia 27 de fevereiro de 2010, sob o Decreto de Criação nº. 2378, passou a pertencer ao Estado de Mato Grosso. Em 04 de março de 2010, após reunião com as comunidades, foi criado o Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE).

Quanto à estrutura física no momento de criação possuía 01 (uma) cozinha, 02 (dois) banheiros funcionais, 08 (oito) salas improvisadas, 02 de madeira e 06 sem paredes, cobertas de palhas de coqueiro. Nesse momento, as modalidades atendidas eram Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos 03 turnos. O setor administrativo e equipe gestora era composta de 01 (um) diretor, 01 (uma) coordenadora pedagógica, 01 (um) secretário, 03 (três) vigias, 01 (um) apoio/limpeza e 01 (uma) pessoa responsável pela nutrição. O corpo docente era formado por professores, na maioria, habilitados em pedagogia, pois faltavam educadores com formação específica em algumas disciplinas.

Até 2014 a escola atendia os alunos em salas precárias, sem paredes, divididas com placas de fórmica, com lousas presas em troncos de árvores. Segundo os professores, no período de chuva era impossível ministrar aulas devido às péssimas instalações, a estrada se tornava intransitável, situação que obrigava alguns alunos irem à escola utilizando barcos ou a nado.

Em 10 de setembro 2010, iniciou-se a construção de uma escola, custeada pelo Governo Estadual e Federal, avaliada em R\$ 1.175.259,22, com data prevista para o término em 10 de setembro de 2011, mas a obra só foi concluída em 2017. Apesar disso, devido à situação precária do local, algumas salas da escola, ainda em construção, foram ocupadas para atendimento de alunos.

Para a comunidade a escola não é apenas um espaço de aprendizagem, mas um lugar utilizado para a celebração de festas e reuniões. Além disso, o espaço é usado, principalmente, como fonte de renda, uma vez que a mesma emprega os moradores em diferentes setores. Até o ano de 2017, a escola atendia 98 alunos devidamente matriculados, nas modalidades de Ensino Fundamental (multisseriada), Ensino Médio e EJA. A direção está atribuída à Professora Pedagoga Dinalva Araújo Bento e o quadro de docentes está formado por professores pedagogos e das áreas de Ciências Humanas, Linguagem, Ciências da Natureza e



Matemática. A comunidade escolar é composta pelos próprios moradores da comunidade e da região.

Com a falta de profissionais docente no local, professores moradores do município de Barra do Bugres se locomovem até a comunidade, de segunda a sexta, para ministrarem as aulas/disciplinas. Esses professores participam de vários cursos oferecidos pelo município e pela Universidade relacionados a educação quilombola, como também apresentam trabalhos em seminários sobre projetos e pesquisas desenvolvidos dentro da comunidade.

Na atualidade, de acordo com os professores, em parceria com a comunidade, estão sendo desenvolvidos 03 (três) projetos:

- Reciclagem de papel com recurso pedagógico no ensino da matemática, coordenado pela Professora Madalena Santana Sales, com a finalidade de reciclar o papel usado e os livros didáticos irrecuperáveis e defasados, utilizando o processo para o ensino da matemática.

- Teoria e Prática no Beneficiamento da Banana, coordenado pelos professores Madalena Santana Sales, Lucia Helena Jesus Souza, Antônio Marcos Pereira da Silva, Márcia Rezende de Souza, e desenvolvido com alunos do ensino fundamental e médio, com o objetivo de mostrar aos educandos a relação teoria-prática a partir do beneficiamento da banana, utilizada na produção de doces de corte, banana chips, compota, geleia e farinha.

- Derivados do Coco de Babaçu, coordenado pelos professores Maria Helena Tavares Dias, Neide Domingas Bento, Dinalva Araújo Bento, Helenice Maria Bento, Rafael Arcaño Bento, cuja finalidade é conhecer, pesquisar e produzir derivados a partir do Coco de Babaçu, para usar na unidade escolar.

O calendário escolar que, apesar de atender os 200 dias letivos obrigatório, apresenta um diferencial, para atender as especificidades do local. Ele é elaborado prevendo os períodos de chuva, além de incluir os dias santos, uma vez que a maioria dos moradores da comunidade é católica. Próxima à escola existe uma capela, onde são realizadas missas para a comunidade. Em dias de aula, os alunos são liberados para acompanharem as cerimônias.

Os Professores da Escola, em vários momentos, foram e são convidados para algumas rodas de conversas no espaço da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Desde 2016 esses encontros tem como objetivo discutir e refletir sobre o território quilombola, bem como a realidade escolar da comunidade Baixio. Nos encontros, a presença dos professores da escola é marcante, tanto pela exposição da realidade educacional no território quilombola, como também no diálogo com os acadêmicos sobre as condições de vida, luta e resistência no território quilombola.

Os diálogos com os professores, a gestão escolar (diretora e coordenadora da escola), bem como o contato com alunos da comunidade Baixo acerca da vida escolar tem sido constantes e nas dependências da instituição. Nesses momentos, percebe-se que os professores presentes falam de maneira bem clara sobre as suas angústias em relação ao trabalho desempenhado na escola. Vários problemas foram apontados por eles, tais como: o problema da xenofobia em relação aos outros professores membros da comunidade, ou seja, eles disseram que tem certa dificuldade todos os anos em relação à atribuição de aula. Uma vez que todos eles são professores interinos e passam pela contagem de pontos para atribuição de aulas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica os moradores da comunidade são preferencialmente atribuídos para o trabalho na escola e têm preconceito aos profissionais de fora que trabalham na escola. Ainda, de acordo com um dos professores, os servidores da escola que são moradores da comunidade, muitas vezes não estão preparados ou não possuem pontuação para atribuírem aulas na frente dos que não pertencem à comunidade, por isso há conflitos no espaço escolar em relação aos “de fora da comunidade”.

Os docentes entrevistados ainda reclamaram das dificuldades de ensinar seus alunos devido há várias questões, entre elas: ineficiência de transporte, falta de verba para comprar equipamentos adequados para as aulas práticas como, por exemplo, “Prática Agrícola”, disciplina que precisa de mais utensílios como enxadas, enxadões, pá, tela, entre outros, para que demais alunos façam na prática o que lhes estão sendo ensinado. Relataram também que, algumas vezes, tem dificuldades para cumprirem até ao final os conteúdos do planejamento escolar dentro das diretrizes que cabe essa modalidade de educação, principalmente devido à precariedade do transporte, tantos dos professores, quanto dos alunos.

Segundo eles, uma parcela de professores que se deslocam todos os dias da cidade para a comunidade, entretanto, também tem professores que revezam para dormirem na casa que a instituição cedeu para melhor desempenho de locomoção do seu trabalho. Esta casa fica próxima à escola, possui uma cozinha, um quarto e um banheiro, apesar de possuir condições precárias, ajuda no descanso e comodidade dos profissionais que precisam se hospedar na comunidade.

Em todos os relatos constata-se o amor que eles possuem e tem em ajudar na formação dos seus alunos. Que procuram não só ensinar os conteúdos de praxe que estão no currículo, mas também assuntos que formam o caráter dos jovens, procuram contribuir ao máximo na

formação desses cidadãos, fortalecendo suas raízes tradicionais, fazendo com que esses alunos tenham orgulho de pertencer a essa comunidade tradicional remanescente de quilombolas.

O grupo de profissionais pertencentes a comunidades formam, em sua maioria, a equipe técnica e de direção da escola, são os profissionais: diretora, coordenadora, secretária e bibliotecário (apesar da escola não possuir uma biblioteca com livros literários, científicos, entre outros; há apenas um cômodo com livros didáticos antigos e livros de outra natureza, e os quais se encontram em péssimas condições).

Aqui cabe ressaltar que a biblioteca, segundo os profissionais entrevistados, é uma das maiores demandas da comunidade escolar, isso porque acreditam que a biblioteca é de suma importância no processo de ensino-aprendizagem e para a escola e a comunidade, de forma geral.

A diretora da escola, durante a pesquisa, reclamou constantemente da falta de verbas e da burocracia para realizar alguns trabalhos dentro da instituição, como por exemplo, na compra de equipamentos para uma cozinha industrial (e ter esse espaço) para a produção de bananas chips produzidas pelos alunos, pois, segundo ela, as vendas das bananas servem para outras finalidades que podem contribuir para outras atividades dentro da própria escola.

Os professores entrevistados relataram que a equipe diretiva tem consciência da precariedade que a escola sofre devido à falta de estrutura e material para melhor desempenho das aulas. E para reforçar este fato, a escola depois de muitos anos, passou por uma obra a qual teve que ser interrompida devido a questões ilícitas ocorridas fora do ambiente escolar. Por motivos de fraude contra os cofres públicos do Estado, as obras tiveram que ser interrompidas.

Outra questão apontada pelos professores como problema refere-se as dificuldades de comunicação entre os profissionais da escola e as instituições gestoras da educação básica; segundo eles, por ficar muito longe da cidade a escola depende e muito de internet e telefone, para maior agilidade de comunicação e para melhorar o seu funcionamento, porém essa comunicação é falha, o que dificulta, por exemplo, um simples enviar e receber e-mails para avisos a Secretaria de Educação e/ou Assessoria Pedagógica sobre assuntos que interessam a comunidade escolar.

Por outro lado, constata-se nos relatos dos alunos desta escola que os mesmos se sentem privilegiados pela conquista de terem uma Escola Quilombola dentro da comunidade que oferece a eles conteúdos que se adequa ao seu cotidiano. Entendem que isso foi resultado de um longo processo de luta por melhorias das condições socioeconômicas dos negros no Brasil e se orgulham de fazer parte dessa conquista.

Pensar em um currículo com práticas valorativas, sem dúvida, é uma forma de preservar a história e a cultura local dos povos quilombolas. Nesse sentido, percebe-se que na Escola Estadual José Mariano Bento, localizada na comunidade do Baixio, em Barra do Bugres-MT, a parte diversificada que compreende Ciências e Saberes Quilombolas com suas respectivas disciplinas visa a potencialização da aprendizagem a partir dos conhecimentos manipulados nas comunidades, somada às abordagens de outras áreas de conhecimento como Linguagem, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática, contribuindo assim com ações significativas que possibilitam o desenvolvimento de práticas de cidadania na inferência da realidade local.

### **TECENDO CONSIDERAÇÕES**

Os territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas são frutos das inúmeras lutas e resistências à escravidão e do reconhecimento das injustiças que a população afrodescendente no Brasil sofre desde então. Reconhecendo que indígenas, quilombolas e afrodescendentes são constantemente alvos de diversos tipos de violência, discriminação e preconceito, direta ou indiretamente, e que muitas dessas violências nascem do desconhecimento e do respeito a história desses povos, se faz importante e necessária para a cultura brasileira a luta pelo resgate da memória dos grupos sociais historicamente excluídos.

Ao estudar a história da Comunidade Quilombola Baixio, que integra o território quilombola Vão Grande em Barra do Bugres-MT, nos deparamos com processos de luta e resistência pelo reconhecimento legal do seu território, legitimados historicamente pelo uso para reprodução da vida. Compreendemos que os seus saberes e sua cultura não podem mais ser silenciados, precisam estar registrados nos livros e documentos que contam a história do município de Barra do Bugres e de Mato Grosso.

Os resultados desta pesquisa revelam que a educação escolar quilombola, ao mediar saberes locais com conteúdos regulares da educação básica, possibilita resgatar, proteger e defender a diversidade cultural vivenciada nos territórios quilombolas, por isso deve ser gestada de forma participativa, com registro da história de luta e acesso ao direito à terra, bem como de seus bens culturais. A educação realizada no chão das comunidades quilombolas deve garantir a seus moradores (crianças, jovens e adultos) não só o acesso à educação, mas também o resgate e fortalecimento da identidade cultural da comunidade.

Finalizamos destacando a necessidade do Estado e dos municípios formular e implementar políticas públicas que contribuam efetivamente com a educação quilombola e que atenda às necessidades das comunidades remanescentes de quilombos; e que a

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) pode ser parceira na construção e desenvolvimento de ações/atividades que fortaleça a comunidade quilombola e empodere a sociedade civil organizada acerca da política do Patrimônio Histórico e Cultural Matogrossense.

**Trabalho enviado em agosto de 2019**

**Trabalho aceito em novembro de 2019**

### **Bibliografia**

BRASIL. **Lei 10.639/03**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. Brasília, 2004.

BRASIL. **Decreto presidencial de 13 de julho 2006**. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades tradicionais e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 20107.

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, e legislação correlata. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 08, de 20 de novembro de 2012**. Parecer CNE/CEB nº 16 de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, 20 nov. 2012.

DUPRAT, Deborah. A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação. In: SHIRAIISHI NETO, Joaquim (org.). **Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Manaus: UEA, 2014.

PINTO, Paulo G. H. da R. Grupos étnicos e etnicidade. In: LIMA, Antônio Carlos Souza (Org.). **Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos**. Rio de Janeiro: ABBA, 2012.

SILVA, Tatiana D. **Educação escolar quilombola no censo da educação básica**. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. Paris: UNESCO, 2001.

UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**. Brasília: UNESCO, 2005.